



2132 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 05 - Educação e Infância

A infância no Programa Criança Feliz: um olhar sobre os deslocamentos nas Políticas Públicas  
Carolina Dias Capilheira - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE  
Maria Renata Alonso Mota - FURG - Universidade Federal do Rio Grande  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Este artigo é proveniente de uma pesquisa que apresenta um estudo sobre o Programa Criança Feliz, do Governo Federal, a partir de contribuições de estudos pós-estruturalistas, embasada no filósofo francês Michel Foucault. O objetivo foi analisar quais as estratégias de governamento o Programa Criança Feliz mobiliza, e como vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância na contemporaneidade. Apresentaremos alguns efeitos que foram percebidos em relação à infância, alvo do Programa Criança Feliz. A partir de um olhar genealógico, foi possível compreender alguns deslocamentos em relação ao atendimento à infância no decorrer do tempo até chegarmos às políticas públicas contemporâneas. Percebe-se que a assistência vem apresentando outros contornos nas políticas públicas para a infância atualmente, fazendo com que o investimento na infância desde cedo seja uma estratégia para conduzir a conduta dos sujeitos através do investimento em capital humano.

### **A infância no Programa Criança Feliz: um olhar sobre os deslocamentos nas Políticas Públicas**

Este artigo é proveniente de uma pesquisa que apresenta um estudo sobre o Programa Criança Feliz, do Governo Federal, a partir de contribuições de estudos pós-estruturalistas, embasada no filósofo francês Michel Foucault. O objetivo foi analisar quais as estratégias de governamento o Programa Criança Feliz mobiliza, e como vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância na contemporaneidade. Apresentaremos alguns efeitos que foram percebidos em relação à infância, alvo do Programa Criança Feliz. A partir de um olhar genealógico, foi possível compreender alguns deslocamentos em relação ao atendimento à infância no decorrer do tempo até chegarmos às políticas públicas contemporâneas. Percebe-se que a assistência vem apresentando outros contornos nas políticas públicas para a infância atualmente, fazendo com que o investimento na infância desde cedo seja uma estratégia para conduzir a conduta dos sujeitos através do investimento em capital humano.

**Palavras chave:** Infância- Governo- Programa Criança Feliz

#### **Introdução**

Este texto tem como tema central as políticas públicas contemporâneas para a infância. Ao analisarmos aspectos relacionados à história da infância, podemos perceber que as primeiras formas de atendimento não surgiram de forma imediata, mas a partir do momento em que as crianças passam a ser percebidas pelas suas características específicas, processo este que teve início na Modernidade. As maneiras como as políticas e o poder público lidam com a infância variam de acordo com as transformações que vão acontecendo na sociedade.

A partir do surgimento da noção moderna de infância, ela passa a ser alvo de intensas estratégias para que possa ser gerida. Percebe-se, no decorrer desses movimentos, que foram usadas formas específicas de controle sobre os corpos infantis. Bujes (2010) aponta que as modificações econômicas, políticas e sociais estão intimamente ligadas aos significados de infância, e que as construções sociais vão apresentando um conjunto de possibilidades para a condução dos indivíduos. Nesse movimento, vão ocorrendo alguns deslocamentos nas práticas de atendimento à infância, sendo que aos poucos vão sendo gestadas algumas leis e políticas que vão percebendo a criança como sujeito de direitos. Porém, ao analisarmos as políticas de assistência contemporâneas vamos percebendo que estas vêm tomando uma grande proporção através de programas, leis e decretos que buscam subsidiar a infância através de benefícios. Nessas políticas se proliferam programas visando a assistência como estratégia de controle e governo dos sujeitos infantis, entendendo o governo como uma ação (de poder) de uns sobre os outros e pode também ser uma ação em que cada um conduz a si mesmo. Seja sobre os outros, seja sobre si mesmo, "tais ações acontecem graças a determinadas técnicas, em geral muito específicas e refinadas" (VEIGA-NETO 2006, p.23).

Podemos dizer, então, que as políticas de assistência têm retornado ao campo da educação com intensidade, demonstrando as relações de poder que se exercem no campo da infância. Percebe-se uma ênfase muito grande em relação à assistência e parece que vem ganhando força nas políticas públicas, como é o caso do Programa Criança Feliz.

Nesse sentido, este texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as estratégias de governo que o Programa Criança Feliz do Governo Federal mobiliza e seus efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância na contemporaneidade. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida a partir de contribuições de autores pós-estruturalistas e é embasada nos estudos de Michel Foucault. Desenvolver a pesquisa utilizando a perspectiva pós-estruturalista fez com que a intenção não fosse a busca de resultados ou de soluções, mas de compreender como as ações se encaminham e como se estruturam frente a determinadas formas de governamento. Veiga-Neto (2014, p.19) aponta que "muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras". Assim, entendemos que a reflexão e o questionamento sobre as políticas e os discursos acerca das mesmas são importantes para que se possa compreender os tipos de sujeitos e tipos de práticas que estão sendo propostas através do Programa Criança Feliz.

As ferramentas teórico-metodológicas utilizadas neste estudo são: governo e biopolítica. O termo biopolítica, de Foucault, lança estratégias onde os objetivos passam a ser o "fazer-viver" e que

formou-se por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população" (FOUCAULT, 2007, p.151-152).

A partir de tais entendimentos, buscamos compreender como o Programa Criança Feliz vem propondo formas de governo para a

infância, além de problematizar para onde a mesma está sendo levada, pois, como afirma Veiga-Neto (2015, p.56) “governa-se a infância com o objetivo de conduzi-la a determinados “lugares” numa cultura, para determinadas posições numa sociedade e para determinadas formas de vida ...”. Percebemos que no Programa Criança Feliz há uma intenção de governo dos indivíduos desde a gestação de forma legitimada através de uma política pública. Através do governo, os indivíduos são dirigidos a ações que estejam de acordo com os objetivos apresentados no Programa, colocados como soluções para evitar problemas mais tarde, agindo inicialmente na esfera mais íntima: a família.

Também percebemos a potência dessa política para gerir a conduta dos indivíduos através de estratégias biopolíticas, como forma de prevenção. No caso da infância menos favorecida economicamente, seu controle e governo são feitos através de políticas, projetos sociais e assistenciais, com intenção de contenção e prevenção – ações biopolíticas. Através dessas ações os indivíduos devem tornar-se sujeitos econômicos, tornando-se empreendedores de si mesmos e investidores no seu próprio capital humano. Cabe ressaltar que as ferramentas metodológicas que elencamos estão diretamente ligadas, pois pela governamentalidade neoliberal são colocadas em ação práticas de governo, com estratégias biopolíticas para que os indivíduos deem retorno à racionalidade neoliberal.

A governamentalidade, no sentido que trazemos neste texto, trata de procedimentos e tecnologias relacionadas a uma determinada racionalidade política, dependendo do contexto histórico em que acontecem, passando por transformações ao longo do tempo. Pensar na governamentalidade operada no Brasil hoje, é compreender a economia como gestora de todas as ações, como propõe o neoliberalismo. É ela que faz com que os sujeitos se tornem responsáveis por seu sucesso ou pelo seu fracasso no jogo da concorrência. É por isso que ao longo do desenvolvimento do estudo utilizamos o conceito de governamentalidade como grade de inteligibilidade.

Para compor o *corpus* de análise foram utilizadas as leis, decretos e documentos que instituem o Programa Criança Feliz e materiais midiáticos, neste estudo denominados artefatos culturais. Selecionamos os seguintes materiais: Lei do Marco Legal para a Primeira Infância, Programa Criança Feliz e documentos relacionados; matérias publicadas em jornais e revistas, em Sites do Governo Federal e Ministérios, bem como em sites educacionais, de associações e sindicatos. Em contato com estes materiais e com o auxílio do referencial teórico, elencamos quatro eixos de análise de forma a compreender as estratégias de governo dentro do Programa Criança Feliz. Neste texto, apresentamos o primeiro eixo de análise, que aborda como a infância é vista dentro do Programa e do intenso investimento que é feito desde a gestação para que os indivíduos invistam em capital humano e se tornem responsáveis pelo seu futuro, investindo em si mesmo, dentro da lógica neoliberal.

Para dar continuidade ao texto apresentaremos alguns aspectos relevantes no que diz respeito às políticas públicas para a infância no Brasil até chegarmos ao contexto de criação do Programa Criança Feliz, instituído pelo Governo Federal.

### **A infância, as crianças e as políticas públicas**

Nesta seção pretendemos apresentar um pouco de como as questões políticas acerca da infância foram acontecendo e quais as estratégias que ao longo do tempo foram se dando para governar os sujeitos infantis.

Conforme Passetti (2000), em seu trabalho sobre crianças e políticas públicas, nas últimas décadas do século XIX, muitas crianças e jovens eram vítimas de variados tipos de violência que aconteciam nas famílias, nas escolas, fábricas, nos confrontos entre gangues e policiais. Muitos pais abandonavam seus filhos por não terem condições de criá-los, pois viviam em subúrbios e cortiços. Nesses cortiços, as pessoas trocavam muitas vezes de parceiros, aumentando os membros da família, bem como crianças desnutridas e sem escolaridade. A violência e as famílias consideradas sem estrutura passaram a ser um problema de Estado, não mais das filantropias, como os orfanatos.

Uma das medidas adotadas pelo poder público foi retirar das ruas as crianças que viviam nelas, pois causavam desconforto à população. Elas eram levadas para asilos mantidos pelo governo, sob o compromisso de educar e profissionalizar, mas realmente a intenção era retirar esses sujeitos do convívio social. Houve intervenções de profissionais de saúde, com um trabalho voltado especialmente para a criança pobre, de cuidados com a higiene e até punições caso desrespeitassem as regras de higienização (PASSETTI, 2000). Um pouco mais tarde foram criadas instituições para atender especialmente a demanda de crianças que necessitavam de assistência.

Na Europa, no final do século XIX, as creches surgiram primeiramente nos países onde as mulheres precisavam trabalhar para o seu sustento. No Brasil, surgiram na segunda metade do século XX, período de urbanização, industrialização, da proliferação do discurso médico-higienista e da república. Conforme os estudos de Barbosa (2000) as primeiras creches tinham a intenção de diminuir a mortalidade infantil, atender as mães solteiras, divulgar campanhas de amamentação e realizar instruções morais às famílias. Através das ideias médico-higienistas e de psicólogos, eram descritas as condutas das crianças e classificadas enquanto normais ou patológicas.

Kuhlmann Jr. (2000) em seu estudo sobre a história da Educação Infantil brasileira, apresenta o processo de criação da creche. O autor aborda que foi através das descobertas no campo da microbiologia, que foram viabilizadas formas de amamentação artificial, fazendo com que a creche encontrasse condições para se difundir, pois anteriormente era atribuída às mães os cuidados e educação dos bebês, além dos índices de doenças e mortalidade que eram muito altos. Como a condição de alimentar passa a não ser exclusiva das mães, as creches se difundem internacionalmente e chegam ao Brasil.

Carvalho (2006) discutiu em sua dissertação sobre a emergência das instituições de Educação Infantil, evidenciando esses estabelecimentos como formas de ordenar e regular as camadas da sociedade consideradas difusas, fazendo com que, através da produção de saberes sobre esses indivíduos, fosse possível classificá-los, moldá-los e normalizá-los. O autor aborda as condições de emergência das instituições a partir dos conceitos propostos por Foucault, trazendo as instituições de Educação Infantil enquanto espaços que emergiram a partir de embates sociais, políticos e econômicos que foram se dando na sociedade em um determinado contexto, perpassando outros lugares além das instituições, como a família.

Nesse sentido, percebe-se as instituições para a educação da infância como um instrumento potente de ação biopolítica, pois a partir dos discursos médico-higienistas a criança tornou-se alvo de investigação e investimento, tendo na escola um aparato de controle dessa população. Dessa necessidade de agir sobre a infância, de modo a torná-la um período útil, Carvalho (2006 p.122) coloca que “médicos, pedagogos e professores começaram a dirigir conselhos às famílias e autoridades, prescrevendo a conduta infantil a partir da vigilância”, com isso, a família torna-se aliada e propulsora das instituições educacionais, pois foram incentivadas a levar seus filhos para a escola. A família foi uma condição de possibilidade que permitiu a emergência das escolas infantis.

Valendo-nos dos estudos de Poletto (2013) que abordou aspectos que envolvem a história da infância e da juventude no Brasil, a partir da análise de produções acerca das trajetórias das Leis Brasileiras e da política de proteção à criança e ao adolescente, elencamos algumas políticas das primeiras décadas do século XX até o final de 1970, que tinham a intenção de diminuir os riscos sociais da infância, ainda com grande influência do regime militar.

No decorrer do tempo há um deslocamento na organização das políticas, pois inicialmente percebe-se a ênfase na saúde, depois as preocupações voltam-se à assistência social e logo para a educação, a partir da década de 1980. Vejamos algumas delas: Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1920, tendo os asilos como referência de espaço para os menores abandonados; Primeiro Juízo de Menores do Brasil (decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923); Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, que teve sua consolidação, através do Decreto nº. 17.943-A, apenas em 1927; Código de Menores de 1930, no qual se destaca a nítida criminalização da

infância pobre, caracterizada como 'abandonada' e 'delinquente'; Departamento Nacional da Criança, instituído pelo Governo Federal em 1940; Criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, subordinado ao Ministério da Justiça; Legião Brasileira de Assistência, em 1942; Criação do UNICEF (United Nations Children's Fund.) em 1946, pela Organização das Nações Unidas, que dois anos após sua criação, instala-se no Brasil; Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM-Instituída pela Lei n.º 4.513, de 1.º de dezembro de 1964); Reelaboração do Código de Menores de 1927 Promulgado pela Lei n.º 6.697, de 1.º de outubro de 1979.

Cabe salientar que as leis, decretos, instituições que foram sendo criados a partir das primeiras décadas do século XX, demonstram as estratégias para o controle da população, especialmente da infância e adolescência consideradas marginalizadas, com o objetivo de assistência para a contenção de riscos.

No caso da infância pobre, até hoje o que vemos são programas, políticas, projetos assistenciais com intencionalidades biopolíticas, gerindo os riscos de uma determinada população. Pode-se pensar sobre os interesses nos "menores": protegê-los ou moldá-los para o convívio social, protegendo a população das suas possíveis ameaças? Com estratégias de controle e normalização, através do governo, são lançadas formas de condução de seus possíveis campos de ação. As proposições acima elencadas demonstram ações para governar cidadãos, utilizando-se das políticas públicas como estratégia.

A seguir, apresentamos um deslocamento das formas de assistência pautadas na ideia da infância como sujeito de direitos e algumas leis que visam, além do atendimento, a sua educação.

### **A infância enquanto sujeito de direitos**

Neste momento, abordaremos o deslocamento que ocorre na história da infância no que tange ao atendimento, que passa da assistência para o campo da educação, considerando que para governar a população, é necessário, primeiramente, construir um conjunto de conhecimentos sobre os sujeitos que serão o alvo das estratégias de governo.

Ao tornarem-se foco de um olhar científico e moral, as crianças passam a ser alvo de controle, sendo inseridas em espaços destinados a elas. Percebe-se o deslocamento das primeiras formas de assistência à infância até tornar-se fonte de saberes científicos. Rizzini (2008, p.114) aponta que "o eloquente discurso e a eficiente ação dos higienistas fizeram esmorecer o velho caráter da misericórdia para abrir espaço para sua missão de cunho científico e social". Ao longo dos anos, multiplicaram-se alternativas e ações com a intenção de preservar o sujeito infantil.

Com o fim da Ditadura Militar, em 1985, o processo de reconstrução da democracia ganhou força. Várias mobilizações marcaram esse período, inclusive nas práticas de assistência às crianças. Desse contexto de lutas, resultou a promulgação da Constituição de 1988.

Na Constituição Federal de 1988, após anos de história de uma infância com concepções e práticas assistencialistas, a criança é entendida como um sujeito de direitos, e seu atendimento educacional deve ser garantido em creches e pré-escolas, sendo dever do Estado, da família e da sociedade. Vários movimentos tiveram participação nessa conquista: os profissionais da educação, os movimentos de trabalhadores, movimentos comunitários e movimento de mulheres. A partir da Constituição, novas políticas e legislações foram surgindo com a intenção de proteger as crianças.

A partir, principalmente da década de 1990 percebemos um grande número de políticas, programas e legislações, que são criadas com o intuito de subsidiar o atendimento à infância. Neste momento, daremos maior visibilidade a alguns destes documentos específicos da Educação Infantil, a saber: Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Política Nacional de Educação Infantil (1993); Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças, do Departamento de pesquisas educacionais- Ministério da Educação (1995); Propostas Pedagógicas e currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Ministério da Educação (1996); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96; Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Ministério da Educação (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais, resolução CNE/CEB nº 01/99; Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil. Ministério da Educação, Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil. Ministério da Educação, Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação (2006); Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da Educação Infantil, instituído pelo Ministério de Educação em dezembro de 2011; Ação Brasil Carinhoso. Voltado para o atendimento às crianças de zero a seis anos. Lei nº 12.722, de 03/10/2012; Plano Nacional de Educação – lei 13.005 de 25 de junho de 2014; Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa- PNAIC. Inclui as professoras da pré-escola no processo de formação (2017); Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (2017).

Percebe-se que os direcionamentos para a educação de crianças de zero a seis anos se intensificam através de documentos e políticas a partir da década de 1990. Esses investimentos estão diretamente ligados à visibilidade cada vez mais crescente em relação à infância no contexto atual, como forma de governo dos sujeitos infantis.

Esses documentos trazem também os direitos das crianças, dentre eles, a garantia da Educação Básica, com ênfase nas especificidades da infância e na necessidade de profissionais qualificados para atender essa faixa etária. Neste bojo de políticas públicas percebe-se as várias estratégias de condução da conduta dos indivíduos no decorrer do tempo, fazendo com que as políticas, decretos e documentos a favor da infância sejam estratégias potentes de contenção dos riscos.

Os direcionamentos que foram acontecendo a partir da década de 1980 vão dando novos rumos às formas de atendimento às crianças pequenas, onde a educação se acentua frente à assistência. Essa incursão para alguns aspectos acerca da história da infância e de seu atendimento teve como objetivo de demonstrar esse deslocamento de como as formas de olhar para a infância foram acontecendo. Percebe-se que passamos da ênfase na assistência, na fase bem inicial das primeiras formas de atendimento, para a ênfase na educação, através de políticas para a infância.

Em junho de 2015, foi lançada pelo Ministério da Educação a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC. A ideia de uma base comum curricular já estava prevista na Constituição de 1988, com conteúdos fixos para o Ensino Fundamental. Nessa Base está um conjunto de normas que definem algumas aprendizagens essenciais, a serem seguidos por todas as escolas, em consonância com seus projetos político-pedagógicos, com o objetivo de alcançar competências e habilidades. Esta proposta que foi aprovada em 15 de dezembro de 2017 apresentou três versões, mas na versão final, o que apresentou foram retrocessos políticos educacionais que respondem a alguns interesses específicos.

Nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que ocorre esse movimento de incorporação das creches e pré-escolas no campo da educação considerando a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, vemos algumas políticas que estão sendo implementadas com assento na assistência, em articulação com a educação.

É assim que no Programa Criança Feliz, por exemplo, percebe-se um outro deslocamento: de como a assistência, que assumindo outros contornos, vem ganhando nova centralidade nas políticas voltadas para a infância.

A partir desse olhar para as legislações e políticas voltadas para a infância, buscamos compreender como o Programa Criança Feliz se

utiliza de estratégias para governar os indivíduos. Para isso, apresentamos a seguir como a infância é percebida dentro deste Programa.

## A infância no Programa Criança Feliz

O Programa Criança Feliz foi instituído através do Decreto nº 8.869 de 5 de outubro de 2016. Este programa foi idealizado a partir do Marco Legal para a Primeira Infância, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e pelo Comitê Gestor, composto por representantes dos Ministérios da Justiça e Cidadania, da Educação, da Cultura e da Saúde, podendo ser firmadas parcerias com empresas públicas e privadas. É um programa intersetorial que prioriza gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção.

Esse programa busca promover o desenvolvimento humano principalmente através do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, apoiar as gestantes, fortalecer vínculos e auxiliar no desenvolvimento de funções dentro das famílias, através de visitas.

No Programa Criança Feliz, as propostas para o fortalecimento da vida biológica, para seu cuidado e manutenção, fazem com que cada um se torne responsável pelo seu futuro. Ao investir na infância a intenção é que as crianças sejam capazes de, no futuro, produzir a sua renda com seu trabalho e colaborar na construção do país.

A intenção de investir no desenvolvimento humano está diretamente ligada à manutenção da vida. No caso do Programa Criança Feliz está ligado à saúde da mãe, do bebê, dos cuidados com higiene, alimentação e ambiente familiar.

Na busca de compreender como determinadas estratégias de governo vão se dando, Foucault nos ajuda a entender os mecanismos a partir do que chamou de Biopoder. Numa análise foucaultiana, os dispositivos disciplinares tinham como alvo o corpo e sua disciplina, na intenção de moldá-lo. A partir dos conhecimentos do corpo-espécie foi possível ter um controle sobre a população: a biopolítica, uma outra faceta do biopoder.

No Programa Criança Feliz percebe-se o conceito de biopolítica se alargando, de forma que não age somente no biológico, no controle da vida em seus aspectos de saúde, alimentação, higiene, mas vem se estendendo nas mais diversas instâncias. Ao analisar os materiais, nota-se que através de manuais, de questionários de controle, aparecem as estratégias biopolíticas.

Ao investir na infância desde a gestação existe a intenção de conter ou diminuir os riscos sociais que esses sujeitos, de camadas menos favorecidas, possam oferecer no futuro, com discursos de proteção e investimento. Pode-se pensar que se governa a infância para incluir crianças em condições de pobreza ao mínimo necessário para que tenham condições de concorrência quando adultos. A fala do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário na ocasião do lançamento do Programa Criança Feliz, Osmar Terra, traduz essa ideia:

*Uma criança que nasce de uma mulher pobre e uma criança que nasce de uma mulher de classe média vão chegar à escola já com um abismo entre elas. Então é muito importante intervir nesse período, com ações de acompanhamento de orientação da família para fazer com que essa criança possa superar essa fase e chegar em condições de igualdade na escola. (TERRA, 2017)*

Na fala percebe-se a preocupação de que crianças pobres possam ter capacidade de concorrer com outras mais favorecidas, seguindo a ideia de investimento no futuro, precisando proteger as vidas mais frágeis, para que possam "dar frutos" através dos seus trabalhos, e a criança só consegue superar essa fase com a ajuda da família.

A ideia de um investimento desde a gestação está imbricada ao tipo de governamentalidade que vem operando na contemporaneidade: o neoliberalismo. A governamentalidade, como grade de inteligibilidade nos ajuda a compreender os procedimentos e técnicas de ação sobre a condução da conduta dos indivíduos, através de um controle social, fazendo com que atinja toda a sociedade, inclusive as crianças. Na governamentalidade neoliberal em que vivemos, a economia não se restringe "à preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano" (COSTA, 2009, p.177).

O neoliberalismo vai propor a "(...) utilização de técnicas de governo que visam fazer com que o Estado siga a lógica da empresa, pois transformar o Estado em uma grande empresa é mais econômico – rápido, fácil, produtivo, lucrativo" (VEIGA-NETO, 2000, p.198). A liberdade continua sendo fundamental, mas para que todos sejam livres para competir. Conforme Saraiva e Veiga -Neto (2009):

*O princípio da inteligibilidade do neoliberalismo passa a ser a competição: a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um "objeto de consumo" (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 189).*

Segundo os autores, a própria liberdade dos indivíduos passa a ser objeto de consumo, demonstrando que o Estado neoliberal vai agir não só por meio de intervenções econômicas, mas intervenções sociais. Ao percebermos a proliferação de políticas sociais, especialmente o Programa Criança Feliz, nota-se a racionalidade neoliberal em funcionamento, pois por meio das políticas de inclusão dos indivíduos, é que estes terão condições de entrarem, minimamente, no jogo econômico. As políticas de assistência não vão agir diretamente na economia, mas ao intervir na vida através de estratégias, dá aos indivíduos condições de concorrência no jogo econômico.

Então, interessa analisar como se opera essa governamentalidade neoliberal dentro do Programa Criança Feliz, sendo que se percebe um deslocamento, pois os indivíduos alvo desse programa não são objeto de benemerência, mas de uma ação "anti-escape" dos controles que buscam a condução das condutas.

Neste caso, é fundamental trazer a Teoria do Capital Humano, criada por Theodore Schultz, da Escola de Chicago. Essa noção de capital humano diz respeito a um conjunto de habilidades e capacidades aperfeiçoadas e acumuladas pelos indivíduos ao longo da vida. São os investimentos do indivíduo no capital, que trarão os resultados do seu trabalho, da sua renda.

A partir desta lógica, se há investimento desde o início da vida, há maiores chances de o indivíduo ser um bom empreendedor no futuro. Foucault (2008a, p.311) afirma que o indivíduo contemporâneo passa a ser considerado um "empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de (sua) renda" e "que faz um certo número de despesas de investimentos para obter certa melhoria" (FOUCAULT, 2008a, p.317). Portanto, para ser um empresário de si mesmo é preciso que o indivíduo tenha uma visão empreendedora da sua vida, sendo o único responsável por suas escolhas. Seguindo esse pensamento dentro do Programa Criança Feliz, é a partir do investimento em capital humano, com a intenção de uma garantia de um futuro melhor, que rege a lógica dessa

política social.

Foucault (2008a), na aula de 14 de março, do curso *O Nascimento da Biopolítica*, menciona a genética na produção do capital humano, onde os teóricos da Escola de Chicago afirmam que este capital é constituído por dois elementos: inatos e adquiridos. O primeiro refere-se às características genéticas que são herdadas, em que a genética é suprema, onde indivíduos com um capital inato interessante, teriam que investir em parceiros com a mesma qualidade genética, pois afirma que quando os progenitores têm um bom capital, a produção de capital humano será biologicamente melhor.

Ao relacionar essa concepção de capital inato com este estudo, percebemos o investimento do Programa Criança Feliz para o governo dos indivíduos de modo que desde a gestação utilizem estratégias para investimento neste futuro sujeito. Através dos visitantes o programa torna-se uma potente estratégia de garantir que as famílias vão agir conforme a orientação e prescrição determinadas. O investimento em capital inato vai se dar através da orientação de que o pré-natal é um momento de extrema importância, bem como a medicação orientada às gestantes. Um exemplo é a prevenção e controle das deficiências através da distribuição de vitaminas às gestantes e alimentos em pó para crianças com idade entre seis meses e três anos e onze meses. Essa estratégia iniciou no Programa Criança Feliz a partir de 2018 e está ligada ao Sistema Único de Saúde- SUS, como uma ação intersetorial do NutriSUS- estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (vitaminas e minerais). Vê-se o investimento desde cedo para o governo dos indivíduos.

Sobre o capital adquirido, Foucault menciona que o investimento deve ser na educação, pois através dela o indivíduo será capaz de produzir renda. Além da educação escolar, o tempo que os pais passam com seus filhos, como forma de investimento, também pode produzir capital humano. No caso dos bebês e das crianças pequenas, percebemos um deslocamento no sentido de que os investimentos são propostos via educação em creches e pré-escolas, e por meio de políticas de assistência às famílias. São esses investimentos biopolíticos que vemos hoje através das políticas sociais. O excerto vem ao encontro dessa ideia:

*Estudos longitudinais de acompanhamento da população ano após ano mostram que as habilidades mais importantes se organizam muito cedo, depois elas têm mais dificuldade de se organizar, de se estabelecer. Então, o impacto que tem uma infância bem cuidada é enorme no desenvolvimento, na aprendizagem, na escola, no sucesso profissional, nas competências que o ser humano vai ter no restante da vida.* (TERRA, 2016)

A fala demonstra que essa política de investimento na infância tem a intenção de produzir sujeitos que tenham autonomia para serem capazes de cuidar das suas próprias vidas. É preciso agir antes mesmo do nascimento, delegando às famílias a responsabilidade por gerar e educar um sujeito que seja capaz de ter sucesso quando adulto.

No Programa Criança Feliz os sujeitos terão a oportunidade de produzir suas competências através dos estímulos propostos para desenvolver habilidades que serão importantes no futuro, e principalmente, para que sejam capazes de concorrer no jogo econômico que propõe o neoliberalismo. O discurso de que a maior janela de oportunidades se dá na infância, onde o indivíduo aprende com mais facilidade, é potente para o convencimento e governo dos sujeitos dentro da família.

Fazer com que os indivíduos sejam responsáveis por si mesmos e tenham condições de concorrência, é uma estratégia biopolítica, pois ao investir em si mesmo, o Estado garante que o sujeito não se envolva em algumas situações como violência e outros meios que tragam riscos à sociedade. Portanto, investe-se na criança, mas o foco não é a infância, mas a formação de um capital humano.

## Considerações finais

Para finalizar, percebe-se que se governa a infância para uma finalidade específica, com objetivos de levá-la a algum lugar. Os saberes sobre ela têm por objetivo capturá-la e governá-la.

A infância como uma etapa de preparação e investimento é o que se apresenta através das estratégias do Programa Criança Feliz, na intenção de gerir os riscos e produzir sujeitos capazes de investir em si mesmos quando adultos, sem provocar custos ao Estado e capazes de concorrer no jogo econômico.

Percebe-se com esse investimento, que o foco não é a criança em seu presente, mas no seu futuro, com a formação do capital humano. Nota-se ainda que é uma política com o foco na infância, mas percebe-se um enfraquecimento da educação através de instituições educativas, como a creche. No Programa Criança Feliz parece ficar obscurecida a compreensão da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, considerando que o investimento à infância é feito através da família.

Ao perceber a proliferação de políticas sociais, especialmente o Programa Criança Feliz, nota-se a racionalidade neoliberal em funcionamento, pois é através da inclusão dos indivíduos no jogo econômico que terão condições de competir no futuro. Neste estudo compreendemos que as práticas neoliberais estão presentes para o controle da população, fazendo com que os sujeitos, desde bem pequenos, sejam responsabilizados pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso.

O Programa Criança Feliz demonstra estratégias potentes de controle através do governo dos indivíduos nas instâncias mais íntimas, com ações biopolíticas. Perceber esses deslocamentos no atendimento à infância foi fundamental para compreendermos essas ações que se dão através das políticas públicas que hoje se reconfiguram em relação à assistência.

## Referências

- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor & por força: rotinas na educação infantil** São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2000. Tese- Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação, universidade Estadual de Campinas, 2000.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, que institui o programa Criança Feliz. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministro de Estado da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, MEE, SE, SEB, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Criança Feliz: guia para visita domiciliar. 2ª versão. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Guia%20para%20visita%20domiciliar%20-%20Programa%20Crian%20C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20visita%20domiciliar%20-%20Programa%20Crian%20C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf). Acesso em: set2017
- BUJES, Maria Isabel Edelweis. Infância e Risco. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre. Vol.35.nº 3 p. 157-174. Set/dez 2010. Disponível

em: Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade) Acesso em out 2016

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **A emergência das Instituições de Educação Infantil**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPeL. Pelotas n.20. p. 115-134, set 2006. Disponível em < <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>> Acesso em: 03 jun 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-79). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KULMANN JR, Moyses. - **Histórias da educação infantil brasileira** Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>. Acesso em: 12 nov 2016.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Marty Del (org) **História das crianças no Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2000.

POLETTI, Leticia Borges. **A (Des)Qualificação da Infância: a história do Brasil na assistência dos jovens**. IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul. 2012.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido- Raízes Históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. **Modernidade líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea**. Educação e Realidade, Porto Alegre: UFRGS, v.34, n.2, p. 187-201, maio/ago. 2009.

TERRA, Osmar. Planalto. Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanheplanalto/noticias/2016/10/governo-lanca-programa-para-promover-o-desenvolvimento-infantil>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

TERRA, Osmar. Portal do Governo Brasileiro. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/207-noticias/1625150495/53871-acordo-entre-ministerios-propoe-atividade-de-extensao-para-atendimento-a-primeira-infancia>>. Acesso em: 19 set. 2017).

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo de (org). **Michel Foucault: O governo da infância** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal, novos dispositivos, novas subjetividades. In: BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (orgs). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.



